

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESCENTRALIZADA E O ENCONTRO BRASIL FRANÇA

MSc Marconde Noronha*

O tema Cooperação Internacional Descentralizada (CID) vem ganhando mais espaço na agenda dos governos federal, estadual e municipal, em virtude da ampliação da participação do nosso país nas relações internacionais. No período de 6 a 8 de Novembro de 2013, aconteceu em São Paulo uma reunião da CID e um encontro entre Brasil e França. No primeiro dia os trabalhos se voltaram para a IV Reunião da Cooperação Internacional Descentralizada. A abertura dos trabalhos se deu com as saudações e palavras iniciais do Vicente Trevas, representando a Prefeitura de São Paulo, e da Paula Ravanelli, representante da Subchefia de Assuntos Federativos SAF/PR, que colocou como pauta principal o “Andamento do Plano de Ação do FCCR/Mercosul”; “4º Congresso Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos”; “Projeto AL-Las (Aliança Euro-Latinoamericana de Cooperação entre Cidades)” e o “Marco Jurídico da Cooperação Internacional Descentralizada”. Após delimitar os temas a serem discutidos, Paula Ravanelli fez uma exposição, coordenando a mesa com as intervenções sobre o Plano de Ação do FCCR e as ações executadas até o momento, a saber:

1) Eixo de Relacionamento e Cooperação:

- Acordos assinados entre o FCCR e a Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH);
- Criação da Secretaria Técnica Permanente do MERCOSUL.

2) Cidadania Regional:

- Inclusão do FCCR na reunião do CCMAS;
- Participação do FCCR na execução do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS);
- Realização do Seminário sobre Universalização da Água Potável em Córdoba.

3) Integração Produtiva:

- Publicação da revista sobre cadeias produtivas integradas;
- Organização de calendário de eventos sobre integração produtiva;
- Realização do I Encontro APL/CLUSTER do MERCOSUL.

4) Integração Fronteiriça

- Execução das atividades do Projeto de Integração Fronteiriça;
- Realização de encontro sobre investimentos, infraestrutura e consórcios (no final de novembro – Porto Alegre);
- Acompanhamento das propostas do Legislativo nacional sobre fronteira;
- Apresentação de proposta do FCCR/Brasil para modificação da legislação de fronteira.

Foi informado que seria necessário uma reunião do FCCR para definir as prioridades do Plano de Ação (proposta brasileira) e um seminário sobre hidrovias do Mercosul. Faltam definir as participações dos entes subnacionais no capítulo nacional do FCCR nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Naquele momento haviam sido recebidas duas sugestões de redação do Decreto para regulamentar a CID, do Governo de São Paulo e Governo do Rio de Janeiro. O formato atual é uma tentativa de contemplar essas sugestões. Buscou-se ainda um formato simplificado (sem muitas especificidades), dentro das possibilidades/competências possíveis e pautado em normas existentes.

A representante da Confederação Nacional de Municípios, Tatiane Jesus, fez uma exposição sobre o 4º Congresso da CGLU. A Organização Mundial Cidades e Governos Locais Unidos – CGLU reúne diretamente mais de 1000 governos locais, de 95 países, e 112 associações. Seu 4º Congresso ocorreu entre os dias 1 e 4 de outubro, em Rabat, no Marrocos. É organizado a cada 3 anos e, durante o evento, é eleita a nova gestão da CGLU. Reuniu cerca de 3500 participantes de 130 países.

O tema do Congresso foi “Imaginar a sociedade, construir a democracia”. Foram discutidos temas como: melhoria dos serviços públicos locais, governança local, financiamento, desenvolvimento econômico, cidades inteligentes e desigualdades entre regiões. A cidade de

Bogotá foi eleita para sediar o 5º Congresso da CGLU em 2016. A nova gestão da CGLU para o período de 2013-2016 foi eleita.

Informou ainda as prioridades para o período 2013~2016:

- Participação na elaboração da nova agenda de desenvolvimento.
- Promoção da descentralização como central para essa agenda.
- Promoção do uso da inovação.
- Desenvolvimento de parcerias estratégicas.
- Transformação de organizações para que adotem um enfoque mais territorial.
- Fortalecimento dos membros dentro da CGLU e das relações com parceiros.

A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 está sendo construída para substituir os ODM. Em 2012, o Conselho Mundial da CGLU identificou os serviços básicos, a igualdade e o desenvolvimento local como pontos chave. A Habitat III será a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre infraestrutura e desenvolvimento urbano sustentável, que será realizada em 2016. Tem-se a expectativa que será um momento de consolidação do movimento internacional de autoridades locais e regionais como interlocutor político real para a comunidade internacional.

A CGLU busca colocar a nova agenda de desenvolvimento no centro do trabalho dos líderes locais e regionais. Os governos locais reclamam uma agenda política mais firme no conselho da ONU-Habitat. O Presidente da CGLU participa e preside o Painel de Alto Nível para a Agenda Pós-2015, formado por um grupo de 27 personalidades. Em dezembro, se previu a “Sessão Especial de Autoridade Locais e Regionais” em Nova York para discutir essas agendas. A reunião é organizada pela força tarefa global da UN-Habitat e o Grupo Amigos por Cidades Sustentáveis.

O Observatório Mundial sobre a Democracia Local e Descentralização – GOLD da CGLU publica a cada três anos os “Informes Mundiais sobre a Democracia Local e a Descentralização”. Foram publicados 3 informes:

- Descentralização e democracia local no mundo (2008)
- O financiamento dos governos locais. Os desafios do século XXI (2010)
- Serviços básicos para todos em um mundo em urbanização (2013)

A CNM colaborou com a versão latino-americana dos três informes. Foi informado que o relatório oferece uma síntese da evolução da governança dos serviços básicos ao redor do mundo na última década. São apresentados os principais desafios e recomendações para o fornecimento de serviços básicos nos diferentes continentes. Destacou que, na América Latina, é necessário fortalecer o processo de descentralização e o papel dos governos locais, aumentar o investimento público e a cooperação entre diferentes atores para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços básicos locais.

A CNM participou em reunião latinoamericana do projeto, apresentando a situação brasileira, e contribuiu com 48 questionários respondidos por municípios brasileiros, o que correspondeu a 20% da amostra latino-americana. Os 100 anos do movimento municipalista internacional foram celebrados durante o Congresso. Foi desenvolvida uma exposição que recriou os principais momentos da cooperação municipal e internacional de forma temporal.

A idéia foi reconhecer suas conquistas e identificar os desafios enfrentados pelo movimento, similarmente ao Projeto Memórias da CNM, que buscou o mesmo no plano nacional. A CGLU também reforçou apoio à PLATFORMA (comunicação entre autoridades locais e instituições européias). A Comissão Européia lançou comunicação para fortalecer autoridades locais em maio/2013. A CGLU colaborou com a PLATFORMA e, nos últimos meses, incentivou seus membros a contatarem às representações da União Européia em seus países para contribuir com a nova estratégia para o período de 2014 a 2020.

A CNM solicitou reunião à delegação da UE no Brasil, contribuiu com informações sobre a realidade brasileira, engajou associações estaduais de municípios no processo e participou em reunião com plataformas de autoridades locais e da sociedade civil. A CGLU também abriga 9 comissões, 1 comissão permanente e 3 grupos de trabalho. Os temas tratados são variados, englobando grande parte das áreas da gestão municipal.

Avanços apresentados incluem: elaboração de diretrizes, formação *online* sobre descentralização e governabilidade local, organização de eventos, consolidação de observatórios, melhoria de websites, entre outros. A CNM tem acompanhado o trabalho das comissões e intercambiado informações. Por exemplo: a CGLU compartilhou com associações de língua portuguesa as 6 publicações do Projeto CapaCidades da CNM.

O II Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local foi organizado entre os dias 29 de outubro e 1 de novembro, em Foz do Iguaçu. A CGLU foi uma das organizadoras. A CNM contribuiu com as experiências de desenvolvimento econômico local por municípios brasileiros em mesa redonda sobre “Financiamento de Desenvolvimento Local com a Economia Local”, organizada pelo Fundo Mundial para o Desenvolvimento de Cidades (FMDV). Durante o evento, organizou também o II Encontro de Agentes de Desenvolvimento em parceria com o Sebrae.

A Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA) é o braço da CGLU na América Latina. Auxilia na comunicação com a organização mundial e entre municípios e associações latino-americanas. Na FLACMA, a CNM é vice-presidente da Região Brasil. O Congresso Latino-americano de Cidades e Governos Locais será realizado entre os dias 12 e 14 de março de 2014, em Santa Marta, na Colômbia. O último congresso da FLACMA foi promovido em Puerto Iguazu, em junho de 2013.

Segundo Rodrigo Perpétuo, da AL-Las (Aliança Euro-Latinoamericana de Cooperação entre Cidades) e FONARI, o projeto “Aliança de Autoridades Locais Latino americanas para a internacionalização e Cooperação Descentralizada” foi proposto, junto a União Européia, pelo Governo da Cidade do México. Seu objetivo é fortalecer a ação coletiva das autoridades da América Latina, suas redes e associações, para melhorar a qualidade das políticas públicas dos entes envolvidos e seu desenvolvimento territorial. Os objetivos do projeto podem se dividir em três vertentes:

- 1. Reforçar a capacidade institucional das autoridades locais para estabelecer uma política pública profissional de relações internacionais e trabalhar de forma coordenada em rede.*
- 2. Contar com planos estratégicos participativos e de longo prazo, e mecanismos de consulta multi-atores para a internacionalização e para cooperação descentralizada.*
- 3. Acompanhar ações específicas de vinculação internacional e cooperação descentralizada em três temas prioritários: sustentabilidade; inclusão social; atratividade territorial.*

Constam como membros do projeto, junto a Prefeitura de Belo Horizonte, a Cidade do México – México, o município de Lima – Peru, município do Distrito Metropolitano de Quito – Equador, município de Medellín – Colômbia, Intendência de Montevideu – Uruguai, Município de Morón – Argentina, Fundo Andaluz de municípios para a Solidariedade Internacional – Espanha (FAMSI) e Cidades Unidas da França.

O Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais - FONARI, é uma associação civil sem fins lucrativos constituída por secretários, assessores e coordenadores de Relações Internacionais de 24 municípios do Brasil e 4 Estados observadores. O objetivo do FONARI é potencializar e qualificar as ações e o debate em torno do desenvolvimento das atividades internacionais ao nível municipal, em consonância com a Política Externa Brasileira.

O Observatório de Cooperação Descentralizada América Latina – União Europeia notou, durante a realização de uma pesquisa acerca da aplicação dos princípios da eficácia da ajuda no nível local, que era escasso o conhecimento que os governos centrais têm sobre o tema aliado a políticas públicas de sucesso. Dessa forma, a fim de sanar esta falha, foi criado o projeto MUNICIPIA. Solicitado pela Deputació de Barcelona a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), o projeto busca sistematizar e valorizar várias práticas de cooperação exitosas voltadas para o desenvolvimento local, realizadas por cinco governos da América Latina, através da aplicação dos princípios estabelecidos pela Declaração de Paris.

No segundo e terceiro dia do evento, aconteceram as oficinas com as apresentações sobre Desenvolvimento Econômico e Inovação: Bernard Soulage, Vice-Président aux relations internationales et européennes; Daniel DALL’AGNOL, Chargé de Projet; Jean, representante da

Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, criada no Governo Beto Richa nos termos da lei nº 17.016, de 16 de Dezembro de 2011, com o objetivo:

- ✓ Promoção do Desenvolvimento econômico e social do Estado;
- ✓ Atração de Investimentos econômicos;
- ✓ Identificação de oportunidades de negócios.

A missão da APD é desenvolver, liderar e coordenar ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Paraná. Trata-se de um agente de desenvolvimento econômico orientador para novos investimentos no Estado e apoio técnico para proposição de projetos estruturantes. Suas linhas de Atuação da APD são:

- Apoiar as empresas aqui instaladas visando aumentar sua competitividade através do incentivo à inovação, do acesso as novas tecnologias, e na constituição de parcerias estratégicas;
- Atuar na atração de novos investimentos, nacionais ou internacionais, atendendo as prioridades definidas para o Estado do Paraná, tanto no setor privado como no setor público.

Em seguida, se pronunciaram Pauline DUBOIS, Direction des Politiques Internationales, Européennes et Contractuelles. PRESENCE DU LANGUEDOC ROUSSILLON AU BRESIL. Sergio Kapron, Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimento. Tratou da questão dos APLs e sua similaridade com a França quanto à agroindústria. Foram realizadas missões àquele país para tratar de cooperação sobre política pública em pólos de competitividade/APLs: Governo Francês/AD Pays de Loire. Trocas de experiência: Vegepolys + APL de Alimentos (RS) e Pole Mer PACA + APLs Polo Naval de Rio Grande e Jacui. Intercâmbio tecnológico:

- Alimentos: INRA – Embrapa – Produtos Orgânicos;
- Naval: FURG / Oceantec com INFREMER e DCNS (Directions de Construtions Navales).

Também palestraram Fabiano Portela, Polo Advancity de Competitive. *The sustainable cities cluster in Paris Region*; Bernard Soulage, Vice-Président aux relations internationales et européennes ; Le projet ARCUS Minas-Gerais / Nord - Pas de Calais; Pascal LUCIANI. Collectivité Territoriale de Corse. Office de l’Environnement de la Corse. Marc JOANNY, Docteur en Géographie et Aménagement du territoire, Chef du Service des Parcs naturels et de la Biodiversité ; *PROCESSUS DE GOUVERNANCE POUR LA GESTION DES PARCS NATURELS REGIONAUX: les conventions d’objectifs* ; Rede Mosaico. *Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral de São Paulo*. Marie Hélène LUCIANI. Office de l’Environnement de la Corse; Cecile Martin-Phipps, Actions « énergie / climat » de l’ADEME: Plan Climat Energie Territorial et Bilan GES français. *Direction de l’Action Internationale Agence française de l’Environnement et de la Maîtrise de l’Energie*.

* Prof. MSc Marconde Noronha é Coordenador na SEPLAN/AM do Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas (NIFFAM), professor de Economia da Faculdade FUCAPI. Autor de livros didáticos de Geografia do Amazonas desde 1995. É Mestre em Desenvolvimento Regional - UFAM, Especialista em Gestão Estratégica e Qualidade - Universidade Cândido Mendes (RJ), Bacharel em Economia e Licenciatura em Estudos Sociais – UFAM. Foi diretor de Desenvolvimento Regional da SEPLAN (2006 a 2013), professor de geografia do La Salle (1986-2003) e da UNIP (2004 a 2012).